



## LIMITES E CONTRADIÇÕES DA ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

---

**Xisto Serafim de Santana Souza Júnior**

*Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP*

### **RESUMO**

A estruturação urbana das cidades brasileiras têm sido influenciada, especialmente nos primeiros anos do século XXI, por uma atuação cada vez mais significativa dos movimentos sociais urbanos. No entanto, fatores conjunturais (políticos, econômicos e ideológicos) superpostos ao longo da formação socioespacial das cidades apresentam-se como elementos condicionantes da atuação desses atores sociais ao imporem limites ou proporcionarem contradições na prática dos mesmos. A compreensão de tais limites e contradições apresenta-se, nesse contexto, como um desafio ao estudo da cidade.

**Palavras-chave:** Estruturação urbana, movimentos sociais urbanos, cidade.

### **RESUMEN**

La estructuración urbana de las ciudades brasileñas ha sido influenciada, especialmente en los primeros años del siglo XXI, por una actuación cada vez más significativa de los movimientos sociales urbanos. Sin embargo, factores conjunturales (políticos, económicos e ideológicos), superpuestos a lo largo de la formación socioespacial de las ciudades se presentan como elementos condicionantes de la actuación de estos actores sociales al imponer límites y contradicciones en su práctica. La comprensión de tales límites y contradicciones se presenta, en ese contexto, como un desafío al estudio de la ciudad.

**Palabras clave:** Estructuración urbana; movimientos sociales urbanos; ciudad.

### **Introdução**

O discurso e as ações voltadas para se pensar a produção da cidade tendo como parâmetro os embates evidenciados entre os atores responsáveis por sua organização territorial, têm reduzido os laços entre o planejamento e a gestão dos espaços urbanos. Isto se evidencia na própria ação dos atores sociais que se apropriam do território sem compreender os reais motivos que influenciam no processo de formação socioespacial.

Nesse contexto, os debates emergem em meio a três perspectivas principais que juntas representam todo o mosaico dialético da produção e consumo espacial, a saber: a) a perspectiva econômica, segundo a qual as mudanças na cidade são

coordenadas por relações sociais de produção; b) a perspectiva jurídico-política, que postula que o Estado ainda se apresenta como um grande articulador do processo de produção espacial; e c) a perspectiva ideológica, que assume que os limites entre os interesses individuais e os coletivos convergem enquanto visão de mundo. Juntas, essas perspectivas são responsáveis pela reordenação das configurações territoriais, especialmente no que diz respeito aos espaços urbanos onde as relações socioespaciais se apresentam cada vez mais complexas (LIPIETZ, 1988).

Inseridos nesse contexto, os Movimentos Sociais Urbanos (MSUs) aparecem enquanto atores sociais estratégicos na medida em que exercem uma posição de interface entre os interesses do poder público, responsável pela promoção do ordenamento urbano, e os interesses de parcela da sociedade, normalmente a mais carente, ávida por cidadania. Contudo, fatores conjunturais constituídos ao longo da formação socioespacial das cidades onde os mesmos atuam, vêm interferindo na eficiência da ação desses atores, impondo limites e originando contradições na prática socioespacial desenvolvida pelos mesmos.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo estimular o debate de cunho geográfico acerca da real influência dos MSUs na produção do espaço urbano, observando suas limitações e contradições. Para isso, foi selecionada a cidade de João Pessoa tendo em vista a atual conjuntura urbana da cidade e o fato de que esses atores ainda estão em fase de consolidação.

Tendo em vista os poucos referenciais de natureza geográfica encontrados acerca da problemática apresentada, o presente texto propõe-se, também, ao desafio de evidenciar se as ações desenvolvidas pelos Movimentos Sociais Urbanos ultrapassam os limites de simples relações sociais na medida em que os mesmos expressam geograficamente suas interferências na organização socioespacial a partir do momento em que atuam produzindo e redefinindo territórios.

Assim sendo, além da introdução e considerações finais, o texto encontra-se dividido em três partes estrategicamente delineadas. Na primeira, é realizada uma análise dos parâmetros que sustentam a importância de se estudar como tais atores se expressam geograficamente no espaço urbano. Para isso, faremos uma análise introdutória sobre o que, no âmbito da geografia, deve ser considerado como movimento social urbano. Ato contínuo é realizada uma análise de como os fatores conjunturais têm condicionado a produção do espaço urbano de João Pessoa assim como a participação dos MSUs nesse contexto. A terceira e última parte corresponde a uma análise sobre os limites e contradições que interferem na atuação desses movimentos e uma reflexão sobre quem de fato produz e para quem de fato a cidade é produzida.

### **Desvendando mitos para descobrir as máscaras: A configuração territorial em contexto**

Para se compreender o que de fato caracteriza a influência dos Movimentos Sociais Urbanos no processo de produção do espaço urbano das cidades é importante desmistificar algumas considerações que historicamente vêm sendo cultivadas inicialmente no ambiente científico e depois na própria sociedade. Dentre alguns mitos consolidados ao longo do tempo, três merecem ser destacados: a) o estudo dos movimentos sociais (inclusive os urbanos) é responsabilidade exclusiva dos sociólogos; b) inexistência de fundamentos que sustentem o interesse geográfico na análise da atuação de tais atores; e c) a existência de movimentos sociais é pautada no fato de que a sociedade está em crise. Tais hipóteses são pautadas na crença de que a cidade está em crise. Embora estas proposições sejam conexas, por motivos práticos faremos uma análise isolada de cada um.

#### *a) O estudo dos MSUs como responsabilidade dos sociólogos*

É inquestionável o fato de que a maior produção científico-analítica da ação dos movimentos sociais seja ainda elaborada pelos sociólogos os quais, ao longo do tempo, têm fornecido contribuições substanciais para a compreensão da organização social. Contudo, nas décadas recentes, têm-se percebido um crescente interesse por parte de outros profissionais pelo estudo da atuação desses atores sociais, a exemplo dos geógrafos que cada vez mais têm observado os movimentos sociais enquanto atores estratégicos na organização do espaço.

No entanto, no caso da geografia, embora existam várias experiências sobre a atuação dos movimentos sociais, estas ainda encontram uma maior expressão no âmbito rural, representadas por trabalhos voltados para análise dos impactos das relações trabalhistas e a luta pela terra. De fato, as produções geográficas analisando as territorialidades dos movimentos sociais em ambientes rurais já se caracterizam como eixo-temático de diversas instituições de ensino superior, especialmente no Brasil onde o conflito territorial no meio rural propicia a visibilidade da prática dos movimentos sociais.

Quanto ao estudo da atuação desses atores em um espaço urbano, por parte dos geógrafos, esta ainda é incipiente. A produção científico-acadêmica é restrita a alguns pesquisadores dedicados aos estudos das expressões geográficas desses atores enquanto mais um elemento das relações socioespaciais. Quanto as discordâncias entre esses geógrafos, estas iniciam-se na própria compreensão do que seria um movimento social urbano.

Para Silva (1986), por exemplo, os movimentos sociais urbanos seriam atores que deixam suas marcas no espaço. Por possuírem a responsabilidade social de explicar os movimentos presentes no espaço geográfico, os geógrafos têm o dever de realizar estudos sobre a atuação desses movimentos fornecendo pistas “para que estes prossigam as lutas em busca de uma sociedade mais justa”

(SILVA, 1986, p. 16). O referido autor parte, nesse contexto, de sua experiência empírica, o que faz com que considere como movimentos populares urbanos todos os segmentos populares que se expressam no espaço da moradia (SILVA, 1986, p. 173).

Embora concordemos com o autor que a moradia (território produzido) é a expressão geográfica dos movimentos sociais urbanos, acreditamos que estes movimentos se diferenciam de outros segmentos da sociedade que igualmente atuam nessa escala, a exemplo das associações de bairros, movimentos de urbanização de favelas etc., uma vez que ao se institucionalizarem eles perdem a característica inicial de movimentos sociais.

Já Souza (2004a, p.84) vai compreender os movimentos enquanto um “tipo especial de ativismo” social preocupado em promover profundas transformações na sociedade. O autor ressalta a questão da escala de atuação enquanto elemento relevante na caracterização de um movimento social urbano cujas preocupações voltam-se para a conquista de uma maior justiça social (SOUZA, 2004b). Para Souza (2004a, p.84), “os movimentos sociais especificamente urbanos são aqueles que, embora estando organizados em torno de questões diretamente vinculadas ao espaço urbano como, por exemplo, habitação e regularização fundiária, não agem somente na escala de um bairro ou de uma favela”.

Para Bitoun (1992) os MSUs são atores complexos cuja diversidade de ações dificulta a adoção de uma definição simplificada. No entanto, tais atores podem promover uma verdadeira transformação socioespacial. O ser-coletivo (superação de interesses particulares) e os embates criados com o Estado e o território são características que devem ser ressaltadas durante em uma análise geográfica das transformações espaciais promovidas nas lutas por terra, as quais constituem na maior demonstração de poder por parte desses atores sociais.

Poderíamos mencionar ainda as contribuições de Fernandes (2005) que, embora não tenha desenvolvido estudos sobre os MSUs, ao preocupar-se com a atuação dos movimentos que atuam no espaço rural, vem fornecendo importantes contribuições acerca da análise geográfica desses atores sociais. Este autor identificou que, enquanto alguns movimentos se expressam territorialmente, outros o fazem espacialmente. Tais movimentos são classificados como movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais, respectivamente. Apesar de compreendermos que existe ainda uma necessidade de aprofundar o debate quanto ao uso desses termos enquanto conceitos, seríamos incoerentes se não aceitássemos a idéia principal deste autor. Segundo Fernandes (2005), existem movimentos sociais urbanos que produzem território (escala da moradia) e existem movimentos que apenas produzem territorialidades ao se espacializarem.

Finalmente, poderíamos mencionar a contribuição de Milton Santos (2000) ao associar esses novos atores como aqueles que podem comandar a contracorrente do processo avassalador da globalização de massa. Para o autor, a

cultura popular (concebida por nós como o fator ideológico) pode influenciar na construção do que considerou como mundo possível uma vez em ações “baseadas no território, no trabalho e no cotidiano”, (SANTOS, 2000, p. 144) os atores passam a produzir diretamente o espaço utilizando-se das próprias técnicas criadas pelos grandes atores globais.

Há a possibilidade cada vez mais freqüente de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso de instrumentos que na origem são próprios da cultura de massa (...). Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos de baixo pondo em relevo o cotidiano dos pobres; das minorias; dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias<sup>1</sup>.

Embora Milton Santos esteja se referindo a todos os movimentos que nascem da própria sociedade, os quais, portanto, participam da consolidação dessa globalização alternativa, compreendemos que no âmbito das transformações geográficas – a reorganização socioespacial – os movimentos sociais urbanos assumem uma posição de destaque na medida em que, ao produzirem territórios (no ato de ocupar os espaços), redimensionam a formação do espaço urbano quanto as suas funcionalidades, usos e estrutura.

Naturalmente que as concepções acima mencionadas não correspondem a totalidade do pensamento dos seus autores com relação à temática proposta. Contudo, tais concepções evidenciam alguns elementos comuns e outros complementares entre as mesmas. Um dos elementos concordantes é a referência feita ao território como conceito-chave para essa análise e a moradia como representação desse recorte. Em discordância têm-se a identificação de quais segmentos da sociedade civil organizada poderiam ser qualificados como movimentos sociais urbanos.

Na nossa concepção, tais movimentos seriam aqueles que modificam diretamente o espaço urbano a partir de ações bem definidas e planejadas, como é o caso, por exemplo, dos movimentos de luta por moradia. Assim, nem todos os movimentos que atuam no espaço urbano (como os movimentos étnicos e de gênero etc.) podem ou deveriam ser considerados, numa perspectiva geográfica, como movimentos sociais urbanos, uma vez que os mesmos se espacializam e se territorializam, mas não tem por objetivos produzir território ou lutar por conquistas estruturais no território urbano. São, portanto, movimentos populares urbanos. As preocupações quanto ao ordenamento urbano a partir da conquista de territórios são inerentes aos movimentos envolvidos na luta por moradia.

O termo moradia, por sua vez, não deve ser concebido enquanto habitação, apesar de ter como um dos seus significados o lugar onde se habita. Na leitura que fazemos moradia constitui-se em um termo mais complexo, pois envolve a luta pela habitabilidade (qualidade de habitável). Habitação, para o que ora advogamos, corresponde a conquista da casa, da morada. Já moradia

corresponde a conquista de toda a infra-estrutura e equipamento urbano que propicie maior justiça social e qualidade de vida.

Com isso, acreditamos que os movimentos dos sem-teto, ao contrário dos sem-terra, não se constituem como verdadeiros movimentos sociais urbanos uma vez que ao conquistar a moradia a luta se esfacela sendo reproduzida em outro recorte territorial. Já para os movimentos de luta por moradia, a conquista da casa (do território), além da conquista por outros direitos sociais (saneamento básico, equipamentos urbanos etc.), representa o início da conquista pelo direito à cidade, ou seja, a inclusão social a partir do direito ao uso do espaço urbano.

Infelizmente, devido ao espaço que temos para analisar todos os aspectos a que nos propomos para este artigo, o aprofundamento dessa análise fica para uma outra oportunidade. O nosso objetivo para este momento é que, embora seja incontestável a contribuição dos sociólogos e cientistas sociais na análise das relações sociais das quais os movimentos sociais urbanos encontram-se inseridos, a exemplo das contribuições de Manuel Castells, Boaventura de Souza Santos, Jean Lojkin e Maria da Glória Gohn cabe aos geógrafos entender e explicar como esses movimentos se expressam geograficamente ao produzirem territórios, especificamente o território da moradia.

#### *b) O território como expressão geográfica dos movimentos sociais urbanos*

Quando nos referimos ao processo de produção do espaço pelos movimentos sociais urbanos no Brasil o território é, portanto, concebido tanto por sua materialização como pelas intencionalidades que os formam a partir de símbolos e representações. Ambas não são díspares. Ao contrário, são complementares e superpostas.

No primeiro caso, tem-se o território enquanto produto das práticas urbanas, caracterizado pelo valor dado ao espaço (valor de troca). Nesse contexto, a triangulação da relação entre os três atores sociais envolvidos na sua produção (o poder público, as empresas privadas e os segmentos da sociedade civil organizada) deve ser observada em sentido de complementaridade. O território enquanto produto pode ser compreendido como a categoria espacial na qual são valorizados os objetos, as funções, as estruturas e os processos, na mesma perspectiva trabalhada por Santos (1997). A relação entre esses atores é coordenada pela esfera pública, a qual ordena, principalmente através de planos e leis, as práticas de outros atores e a seleção dos espaços a serem utilizados como estratégicos, redirecionando as relações de poder (disputa territorial) para os mesmos.

Já no segundo caso, se utilizarmos como referência as concepções trabalhadas por Haesbaert (2004), o território é também decorrente do significado que a própria sociedade dá ao espaço, através de seus valores, planos e relações. Esse território (espaço apropriado) é envolvido por relações simultâneas que não necessariamente precisam estar disputando entre si o controle do território para

produzi-lo (dar sentido a sua existência). Nessa perspectiva, o território-apropriado seria o espaço das multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004) dos atores sociais ao se relacionarem (território-produto) disputando o espaço (a produção do espaço), mas também se relacionando com o mesmo de forma simultânea. Têm-se, portanto, um território decorrente de apropriação.

Para esta nova perspectiva, a triangulação da relação entre os três atores sociais deve ser observada de forma superposta, sendo o elemento delineador todos os atores sociais que desenvolvem estratégias e táticas de apropriação territorial. Esta apropriação, por sua vez, não necessita ser apenas por substituição (diacronias) uma vez que pode ser evidenciada em sua sincronia (simultaneidade). O fator ideológico influencia diretamente na formação desse tipo de território ao fornecer o inventivo necessário (a motivação) para sua materialização. Por exemplo, o poder público é motivado pela necessidade de promover o ordenamento urbano. Já as empresas privadas agem pela necessidade de delinear as funções do espaço. Por sua vez, os segmentos da sociedade civil organizada motivam-se pela conquista do direito à cidade. Todos estes segmentos se apropriam do território segundo os seus respectivos interesses ideológicos, de ordem política, econômica e/ou social.

É em meio ao debate decorrente da relação entre esses atores sociais e suas práticas que se configura a formação do espaço urbano. Assim, a cidade é produzida como consequência de um movimento maior que transcende seus domínios (econômicos, políticos e ideológicos), influenciando nas relações e valores socioespaciais. Por outro lado, esta mesma cidade deixa transbordar os conflitos e contradições sociais entre os seus próprios atores. Assim, cada prática socioespacial é influenciada e influencia este processo.

Os movimentos sociais urbanos é um dos atores vinculados à esfera da sociedade civil organizada. Eles passam a ter uma participação mais ativa no debate sobre o direito à cidade a partir da influência da conjuntura política evidenciada no país em meados dos anos de 1970. De fato, esta conjuntura subsidiou a criação de movimentos questionadores do sistema de organização espacial, particularmente no que diz respeito as lutas urbanas de favorecimento social sobre as principais demandas espaciais (infra-estrutura, equipamentos urbanos de uso público de um modo geral etc.).

Nesse contexto, a produção do espaço é conduzida pelas contradições inerentes às práticas dos atores sociais, tendo no ordenamento urbano desenvolvido pelo poder público os "limites" da produção do espaço. Já a apropriação é conduzida pelas complementaridades de interesses entre esses atores, as quais, embora nem sempre concordantes, são complementares na medida em que constroem territorialidades a partir de diálogos e práticas assim como a partir da própria disputa de poder entre os mesmos (apropriação de território) esta disputa de poder evidencia as contradições socioespaciais e sua complexificação.

Por outro lado, os mesmos interesses pelo território (produzido e apropriado) são evidenciados quando os atores sociais defendem a estruturação do território por seu valor de uso (importância no contexto espacial). Os MSUs tanto produzem território (ao se infiltrar na administração pública) como também se apropriam igualmente dos territórios (ao manter suas práticas socioespaciais). É nesse contexto que identificamos a dialética na atuação desses atores sociais assim como a sua complexidade quanto ao interesse pelo direito à cidade.

O direito é, assim, decorrente da participação na produção do espaço uma vez que passam a se apresentar como representantes legais pelos direitos sociais de obtenção de melhorias na estrutura urbana e na própria qualidade de vida da sociedade. Da mesma forma, o direito é obtido pela apropriação do espaço uma vez que passam, também, a reivindicar o direito ao uso e acesso aos espaços produzidos ao longo do processo de estruturação urbana.

As lutas desenvolvidas no contexto urbano desde a década de 1970 são forjadas em meio a essas duas influências, sendo classificadas em meio a três parâmetros: a) luta por questões relacionadas ao consumo coletivo, que resultou na formulação de sindicatos e participação direta na produção espacial; b) luta pela criação de identidades culturais e valorização da autonomia conquistada, tendo as preocupações relacionadas ao direito ao uso e ao acesso ao espaço produzido; e c) aumento do poder local, neste caso com forte participação de empresas privadas nacionais e multinacionais, responsáveis pela redução da participação dos movimentos urbanos seja no que diz respeito à produção, seja no concernente a apropriação urbana.

Assim como ocorre com a compreensão do processo da formação urbana, os movimentos sociais passam a ser entendidos a partir de três perspectivas: a) a política – representada pelos movimentos de bairros que emergiram na cidade em meados dos anos 1970; b) a cultural – representada predominantemente pelos movimentos que passaram a se preocupar com a igualdade e liberdade, especialmente de gênero e raça; e c) a ideológica – pautada na busca pela autonomia e pela luta em defesa da descentralização administrativa e por melhorias em infra-estrutura e obtenção de equipamentos urbanos.

Esta descentralização fez com que os atores substituíssem as reivindicações sócio-ambientais por reivindicações que transformassem de fato a estrutura social, o que resultou no surgimento de novas demandas como o debate sobre público-privado e a luta pela cidadania, atualmente reconhecida como direito à cidade (GOHN, 2004). Por outro lado, as transformações políticas, associadas às mudanças econômicas e sociais, passaram a influenciar as mudanças nas relações sociais. O movimento tornou-se cada vez mais fragmentada e suas ações coletivas confundiam-se com os interesses individuais de seus membros. Com isto, a concepção de território (produção e apropriação) torna-se limitada.

Nesse contexto, representantes da sociedade civil passaram a ter uma importância maior sendo mais valorizados por parte do poder público que passou



a desenvolver um discurso de uma administração mais participativa e transparente. Esse processo acabou reduzindo a quantidade de movimentos preocupados com mudanças em fatores estruturais, assim como levou ao surgimento de outros preocupados com a cidadania, ou seja, a luta pelo direito à cidade representada pela participação na produção, consumo e apropriação espacial. Nesse contexto, a dicotomia inerente à concepção de território (produção e apropriação) assume uma nova importância ao aproximar as lutas ao cotidiano da sociedade, associando as ações ao discurso proferido por sujeitos que representariam uma determinada coletividade.

A luta emerge e se realiza no nível da vida cotidiana – é neste plano que percebem, lutam e reivindicam. Dessa prática, como vimos, surge a consciência de que não se trata de uma luta apenas pela manutenção do bairro; há uma preocupação em discutir o sentido da cidade, em torno da transformação da vida (CARLOS, 2001, p. 301 e 302)

Diante desse contexto, os movimentos sociais urbanos passam a ser caracterizados pelo grau de inclusão e participação dos atores sociais no processo de ordenamento territorial. A apropriação espacial é fragmentada uma vez que os objetivos do movimento são também fragmentados. A dificuldade em se articular com os outros movimentos produz uma atuação muito incipiente. Tais fatores vão servir para mostrar a fragilidade existente nos movimentos urbanos, fato que explica a ausência de uma atuação mais efetiva no processo de produção espacial.

*c) Os motivos da existência dos movimentos sociais urbanos estão pautados na crença de que a cidade está em crise*

Há pelo menos duas inquietações relacionadas à este tópico. A primeira corresponde ao fato de que as relações sociais produzidas entre os MSUs acabam reproduzindo as desigualdades sociais ao confirmarem uma posição de inferioridade no que diz respeito a outros segmentos da sociedade com melhor poder aquisitivo. A segunda diz respeito ao fato de que sendo as preocupações voltadas primordialmente para melhorias sociais (trabalho, moradia, saneamento etc.) o debate sobre o direito ao uso do espaço urbano da cidade ficou relegado a um segundo plano. Ambas proposições estão pautadas na tese de que existe uma crise na e da cidade.

Em decorrência disso, a espoliação urbana, originada principalmente da luta de diversos segmentos da sociedade por melhoria nas condições de sobrevivência na cidade (KOWARICK, 2000), segregação espacial e fragmentação urbana, emerge como uma questão difícil de ser analisada sem a observação das intencionalidades e práticas dos atores sociais.

Nesse contexto, a crise da cidade seria, na verdade, uma crise da sociedade. De fato, é mais apropriado compreender que a crise está vinculada à sociedade e não à cidade uma vez que a cidade é a expressão da sociedade a qual, por sua vez,

emana da própria complexidade que identifica as suas atuais organizações. Por sua vez, aparenta-nos ser limitada a compreensão de que se trata de uma crise da sociedade uma vez que o evidenciado na atualidade é apenas um recorte dos mesmos arranjos vivenciados anteriormente o qual tem suas expressões nas mudanças não apenas sociais, mas também espaciais. A idéia da existência de uma crise da sociedade é, portanto, aparente, uma vez que as contradições, valores, ideologias e disputas impressos no espaço geográfico do qual fazem parte, sempre existiram ao longo da história, embora com repercussões distintas. Nesse sentido, essa crise nada mais é do que uma crise socioespacial representada pela necessidade dos atores sociais descobrirem o seu ideal de arranjo espacial a partir de suas territorialidades, expressas em fatores conjunturais da sociedade (político, econômico e ideológico).

No contexto político, a chamada crise socioespacial é, ao mesmo tempo, uma “crise política” na medida em que os gestores se sentem pressionados a retomar o planejamento urbano como forma ideal de administração da coisa pública; e uma “crise da política” devido à atuação mais efetiva de outros segmentos da sociedade, especialmente os Movimentos Sociais Urbanos que lutam pelo direito à cidade e que nas décadas recentes tem colocado em xeque as decisões políticas, especialmente as relacionadas ao ordenamento territorial.

No âmbito da conjuntura econômica evidencia-se uma situação decorrente de uma seqüência histórica segundo a qual os interesses da minoria prevalecem sobre os da maioria. Nesse sentido, as cidades são palcos de contrastes históricos refletidos em espaços segregados e fragmentados tanto socialmente como espacialmente.

Finalmente, a expressão ideológica da crise socioespacial encontra-se refletida nas contradições dos próprios atores sociais quanto à organização do espaço urbano da cidade. De fato, se por um lado o poder público se autodenomina conhecedor da cidade em sua totalidade tendo, assim, dificuldades de apreender as particularidades na escala do cotidiano; por outro lado, a sociedade limita-se a vivência no seu recorte do urbano, na maioria das vezes representado por um bairro sendo, portanto, ineficiente em sua intenção em lutar pelo direito à cidade.

### **A estruturação urbana de João Pessoa: Um desenvolvimento condicionado por elementos conjunturais**

O processo de formação espacial da cidade de João Pessoa foi significativamente influenciado por uma diversidade de fatores sócio-econômicos, políticos e ideológicos, produzidos tanto por consequência das relações sociais como em decorrência das próprias relações de produção.

Ao contrário do que ocorreu com outras capitais do Nordeste Oriental, a cidade de João Pessoa teve sua organização espacial iniciada a partir do continente indo,

tardamente, em direção ao litoral, e sendo fortemente influenciada pelos elementos físico-naturais (relevo colinoso) que serviam de proteção contra os ataques indígenas (AGUIAR E MELO, 1989). Este fator de localização do sítio geográfico desta cidade acabou delineando os próprios desdobramentos e contrastes de suas configurações espaciais, especialmente no que diz respeito a sua função e a sua configuração territorial. De fato, as políticas destinadas a prover melhorias no ordenamento urbano, além de terem sido restritas as principais ruas da época, eram predominantemente voltadas para o beneficiamento de parte da população economicamente mais favorecida. Os mais pobres encontravam-se residindo em pequenos casebres, embora os hábitos rurais fossem característicos de todos (AGUIAR e MELLO, 1989).

Assim sendo, até as primeiras décadas do século XX, a cidade permaneceu urbanamente pouco desenvolvida, sendo sua dinâmica espacial influenciada pelos valores e dinâmicas socioespaciais desenvolvidas na cidade de Recife, em Pernambuco, especialmente no que diz respeito às questões econômicas (relações de entrada e saída dos produtos comercializados), políticas e ideológicas. Desta forma, o primeiro grande recorte sobre a formação socioespacial da cidade esteve relacionado aos seguintes valores conjunturais:

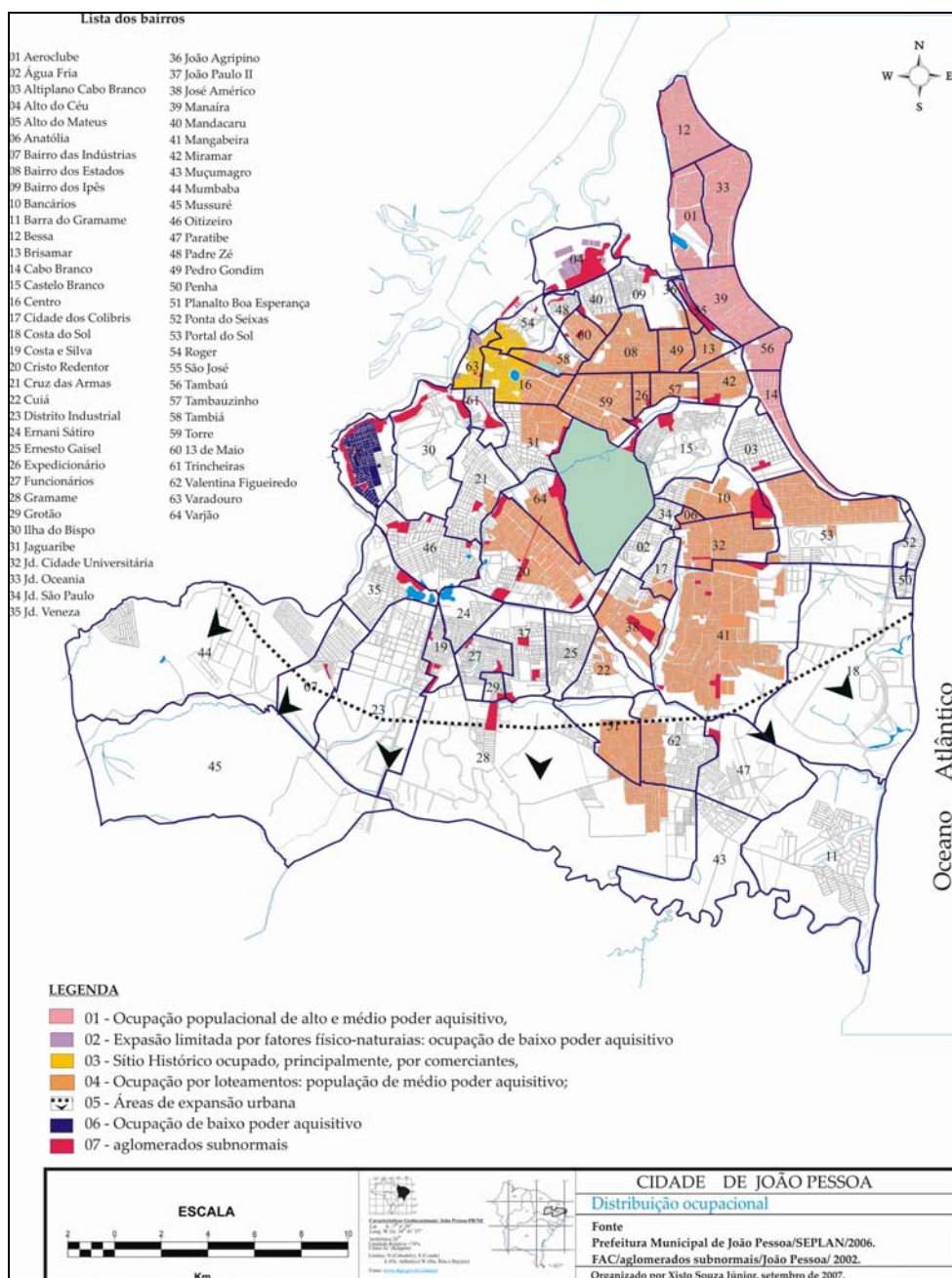
- a) Econômicos - representados pela dependência direta da economia pernambucana e adoção, como estilo de vida, de hábitos e valores norte-americanos que começavam a se infiltrar no estilo de vida do cidadão;
- b) Políticos - representado pela dificuldade de se criar ações que propiciassem uma mudança efetiva na qualidade de vida do cidadão; atraso na expansão do perímetro urbano e uma participação efêmera da população no debate político, pelo menos até a morte de João Pessoa (1930), evento que serviu de estopim para a primeira grande mobilização popular; e
- c) Ideológicos - a sociedade mantinha presa a si valores patriarcais que não mais se adequavam aos valores que deveriam ser adotados por uma sociedade urbana.

A partir da década de 1930, com a morte do presidente (governador) João Pessoa, a política desenvolvida para a cidade passou a ser direcionada à busca pela melhoria das condições de vida da população. Foram então criadas diversas obras de melhoramento urbano, especialmente as relacionadas à melhoria na coleta de esgoto (canais pluviais) e criação de residências, além do asfaltamento, iluminação pública, abastecimento d'água e serviços públicos em geral. Emerge, nesse período, as primeiras e mais significativas mobilizações sociais expressas na nova denominação da cidade que passa a ser chamada de João Pessoa em decorrência do aceite popular aos ideais políticos do ex-governador. No âmbito da forma urbana, a ocupação do leste da cidade, indo tanto no sentido norte como no sentido sul, representa uma "ruptura" na forma de se pensar o ordenamento urbano da mesma, ou seja, a negação do rio e a visualização de um desenvolvimento urbano voltado para o mar. Neste momento, o crescimento urbano passa a ter como referencial o planejamento espacial.

Durante os anos de 1970, fatores externos relacionados à migração provocada pela seca no semi-árido e a atração pelo parque industrial emergente, assim como os próprios contrastes internos inerentes as disparidades socioespaciais, são responsáveis por uma nova fase da estruturação urbana da cidade. Nesse contexto, entre as décadas de 1970-1990, a cidade de João Pessoa apresentava, em sua configuração urbana, uma divisão socioespacial alicerçada em pelo menos setes frentes (Mapa 01):

**1) Um setor leste** voltado para o turismo, ocupado por parte da população com maior poder aquisitivo e que, embora “limitado” por dois elementos físico-naturais - o rio Jaguaribe ao norte e a falésia morta ao sul - é altamente freqüentado e dinâmico devido a três principais corredores de acesso: os corredores norte, oeste e sul. O corredor norte, que corresponde a Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho (Retão de Manaíra), possibilita o acesso as praias de Manaíra, Bessa e Tambaú, a partir da BR 230 e pela Av. Des. B. Menezes. Este corredor é a principal opção para quem vem do Rio Grande do Norte, do interior do Estado da Paraíba e até mesmo do centro comercial e histórico da cidade em direção a cidade de Cabedelo (ao norte), ao pólo turístico praia do Jacaré, ao Shopping Manaíra etc. O segundo corredor (o oeste) corresponde as Avenidas Senador Ruy Carneiro e Presidente Epitácio Pessoa, principais acessos para as pessoas quem vêm do centro da cidade e demais bairros periféricos em direção a orla marítima de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra que compreendem as principais faixas do turismo litorâneo pessoense. Finalmente, o corredor sul (Estrada da Penha) que corresponde ao principal acesso das pessoas que vêm de Pernambuco e Rio Grande do Norte (BR 101) e do interior do Estado da Paraíba (BR 230) e de outras áreas periféricas da cidade de João Pessoa em direção à praia de Cabo Branco e ao pólo turístico Ponta do Seixas além de se constituir como um dos principais acessos as praias do litoral sul de João Pessoa (PB 008) e da Paraíba. Conforme pode ser observado no Mapa 02, as principais áreas de atuação dos MSUs de João Pessoa estão distantes desses corredores de acesso à orla marítima (turística) da cidade o que dificulta o acesso a estes espaços conforme poderá ser observado no quarto capítulo;

Mapa 01: Divisão espacial por tipo de padrão de ocupação



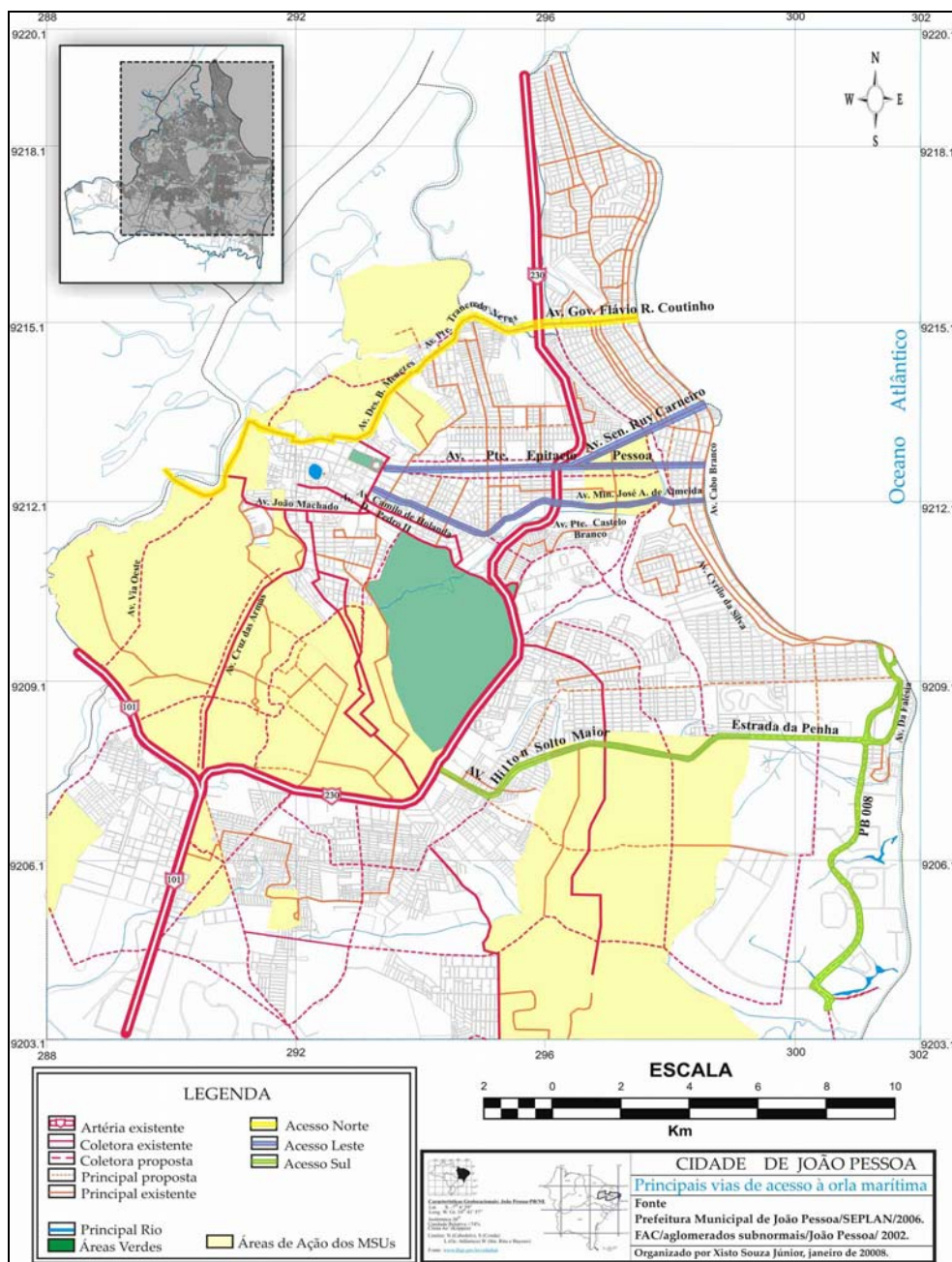
2) Um setor norte limitado pelo rio Sanhauá ao norte, o que inviabiliza a expansão urbana, e ocupações populacionais que sobrevivem em meio a fortes problemas estruturais. Por se tratar de uma das áreas mais antigas da cidade e devido aos próprias dificuldades de infra-estrutura e equipamentos urbanos, corresponde a uma das principais áreas de atuação dos Movimentos Sociais Urbanos;

**3) Um centro histórico-comercial** com problemas estruturais significativos, ocupado, em suas funcionalidades, por um comércio predominantemente popular e pela concentração de serviços básicos. Corresponde a uma área com funcionalidades divididas uma vez que é tanto comercial como de serviços ou de residências. Tal característica, entretanto, confere a esta área uma posição de destaque quanto as mobilizações dos movimentos sociais, inclusive os urbanos;

**4) Um setor centro-sul** onde foram estabelecidos os principais loteamentos habitacionais (Bancários, Mangabeira, Cristo Redentor, Valentina Figueiredo etc.), criados para absorver o excedente populacional já presente no contexto urbano (1970-1980), especialmente para a classe média. Isso se justifica no fato de que, ao mesmo tempo em que demonstrava interesses em se afastar dos setores mais pobres (oeste e leste), essa classe média não tinha recursos para ocupar as residências localizadas no setor leste (Manaíra, Miramar, Tambaú, Cabo Branco etc.), com preço de ocupação bem mais alto. A partir da década de 1990 as ocupações das áreas vêm fugindo do planejamento inicial destinado para a mesma o que tem influenciado no processo de favelização e no conseqüente aumento dos problemas urbanos. A conquista desses territórios vem sendo feita em parceria com uma ação efetiva dos movimentos urbanos;

**5) Um setor sul** que se caracteriza como uma importante alternativa para expansão dos limites territoriais urbanos da cidade, sendo, portanto, uma das áreas mais cobiçadas pelo planejamento urbano e empreendedores imobiliários, além ser o setor aonde se localiza o distrito industrial da cidade. A ocupação dessa área se caracteriza tanto por ações planejadas, à exemplo da construção de condomínios populares, como o Morada do Sol (Grotão) e por ocupações e conquistas territoriais como a ocupação Jorge Luiz , no bairro do Valentina Figueiredo. Contudo, tanto num caso como no outro a atuação dos Movimentos tem sido cada vez mais efetiva seja por atuarem como articuladores e “parceiros” do poder público no que diz respeito ao planejamento; seja por assumirem uma posição de liderança no que diz respeito a decisão pela realização das ocupações, resistência e diálogo para conquista definitiva do território ocupado;

Mapa 02: Corredores de acesso ao litoral de João Pessoa



Esses setores são caracterizados por vias rápidas de fluxo intenso. Embora existam opções de transportes coletivos, especialmente o circular (5100, 1500, 5110, 1510), estes, além de muito demorados (a viagem dura em torno de 1 hora) são limitados ao corredor oeste, especialmente pela Av. Epitácio Pessoa em direção as praias de Tambaú e Manaíra, onde estão localizados os principais empreendimentos do turismo litorâneo de João

Pessoa e os dois principais Shopping Centers da cidade (o Shopping Manaíra e Mag Shopping). Além disso, estes transportes não atendem as comunidades mais carentes que residem afastadas do circuito de circulação, especialmente os moradores dos setores norte, oeste e sul. São nesses setores que se encontra a maior concentração das experiências dos MSUs, os quais têm conseguido vitórias quanto à moradia, mas pouco sucesso quanto à acessibilidade urbana.

**6) Todo um perímetro oeste** ocupado por uma população mais carente, em sua maioria expulsa do centro da cidade ou oriunda de outras localidades e com dificuldades no que diz respeito ao acesso ao centro urbano. São as ocupações dos terrenos mais elevados (bairros como Alto do Céu e Alto do Mateus) e das terras baixas. Por se caracterizar como uma das áreas mais carentes do espaço urbano de João Pessoa as comunidades nelas residentes vêm contando com um intensivo apoio dos movimentos sociais urbanos que além de coordenarem as ocupações têm conseguido conquistas importantes para essas comunidades, a exemplo do ordenamento urbano da comunidade 5 de junho. Esta comunidade, desde a ocupação até o atual estágio de conquista de obras de ordenamento urbano, tem contato com o apoio incondicional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLMPB).

**7) Os diversos aglomerados subnormais** espacializados de forma fragmentada em todo o perímetro central da cidade, ocupando, especialmente, as áreas de maior risco ambiental como a mata do buraquinho e as áreas alagadas e de manguezais. A atuação dos movimentos sociais, particularmente os urbanos de luta pela moradia, se expressa predominantemente nessas áreas de ocupação populacional. Em decorrência das diversas controvérsias quanto a viabilidade de ordenamento urbano dessas áreas, a influência dos movimentos se efetiva mais no sentido de orientação quanto aos procedimentos a serem adotados pelos moradores, assim como pela luta no que diz respeito a outros direitos sociais como a acessibilidade e a qualidade de vida, uma vez que a moradia já se apresenta como uma conquista efetivada por parte da ação espontânea dos moradores.

Este é o quadro socioespacial encontrado em João Pessoa no final da década de 1990. Ao apresentar o mapa 1 para os coordenadores dos movimentos (MNLMPB, CMP e MLB) esses ficaram interessados em poder identificar possíveis espaços propícios a uma ocupação. Um desses espaços seria o setor "01" que conta com áreas que já possuem infra-estrutura básica e os setores "04" e "05".



Por conta dessas características, a cidade de João Pessoa vivencia um paradoxo, em meados do século XXI. Se por um lado a cidade tem conseguido, especialmente nas últimas três décadas, criar elementos legais relacionados ao controle urbano, ao reduzir, embora que insuficientemente, os impactos negativos característicos de ocupações socioespaciais litorâneas (poluição dos rios, ausência de saneamento básico, “desconfiguração” paisagística decorrente do processo de verticalização litorânea etc.), por outro lado, os atores responsáveis pelo processo de sua produção não têm conseguido que a cidade desponte em termos de participação na dinâmica regional sendo, ainda, uma capital dependente das relações com a capital pernambucana.

É, assim, no âmbito intra-urbano, uma cidade de porte médio que vêm construindo os elementos necessários para sua consolidação, ao influenciar na reestruturação dos espaços das cidades limítrofes, fornecendo os parâmetros necessários à consolidação da área metropolitana e ao desenvolvimento regional. No entanto, os limites estruturais herdados têm-se constituído como um dos principais problemas da capital paraibana. Nesse sentido a cidade vai se adensando sem os devidos aparatos estruturais para suprir as demandas cada vez mais emergentes, embora exerça uma função importante no contexto da dinâmica regional. Isto possibilita classificá-la como sendo uma cidade média, apesar de ser uma capital. Os argumentos que denotam a relevância dessa observação serão retomados no próximo tópico. O impacto dessa dualidade na ação dos movimentos sociais urbanos será analisado nos tópicos subseqüentes.

Tais aspectos nos remetem a algumas inquietações. Sendo a participação desses atores cada vez mais significativa, o que explicaria a dificuldade dos mesmos em definir as reais prioridades urbanas da cidade? Quais são as fragilidades históricas das diversas propostas de planejamento? Para quem, de fato, é a produção do espaço urbano de João Pessoa? As respostas para tais questionamentos estão inseridas na análise da herança histórica de sua formação espacial, tanto no que diz respeito à trajetória de seleção das demandas sociais para fins de planejamento, como no que se refere às práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais e as dificuldades dos mesmos de se articularem.

### **Os movimentos sociais urbanos de João Pessoa: Limites e contradições no processo de estruturação urbana da cidade**

Assim como ocorre em outras cidades, os movimentos urbanos presentes em João Pessoa estão diretamente relacionados a questões de luta pela cidadania e igualdade social, a exemplo do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), da União Nacional de Moradia Popular (UNMP), a Central dos Movimentos Populares (CMP) e o Movimento de Luta nos Bairros (MLB), entre tantos outros que, embora não se caracterizem diretamente como movimentos sociais urbanos, têm exercido atividades voltadas para o atendimento aos direitos sociais à moradia.

Tais movimentos têm duas características em comum: a) a seleção de espaços para atuação; e b) a evidência de embates quanto ao futuro da cidade, especialmente no que diz respeito as políticas públicas de desenvolvimento urbano. No primeiro caso, sendo a atuação fragmentada, têm-se percebido uma dificuldade dos agentes dos movimentos em captarem os espaços realmente necessitados de uma transformação urbana, uma vez que a escolha nos locais de atuação decorre, em grande parte, do vínculo (direto ou indireto) com o espaço selecionado. Já o segundo aspecto, os embates ideológicos, talvez se configure como o mais preocupante, uma vez que tem impossibilitado a formação de atividades em conjunto. Nesse contexto, o olhar para o futuro da cidade é tanto seletivo, por levar ao questionamento do caráter social do movimento, como é desarticulado, uma vez que rompe com a própria natureza do movimento social a qual inclui a capacidade de mobilização, a articulação e a mudança social.

Isto tem sido um dos fatores responsáveis pela consolidação de algumas contradições entre os movimentos, dentre as quais podemos destacar as seguintes:

- a) Ao mesmo tempo em que lutam pelo direito à cidadania os movimentos selecionam espaços de atuação a partir de conveniências pessoais - algum membro ser, por exemplo, residente no local - ou políticas. Assim, a motivação é decorrente, em alguns casos, de interesses individuais e não de interesses ou demandas coletivas sendo, portanto, contrários ao próprio objetivo de existência do movimento;
- b) Embora defendam a necessidade de atuação em conjunto, na prática os movimentos têm realizado ações isoladas mesmo quando atuam em um mesmo espaço, em decorrência de posições ideológicas e políticas diferentes. Com isso, ao invés de se fortalecerem, os movimentos acabam desfalecendo;
- c) Apesar de concordarem com a necessidade de promoção do diálogo com o Estado (poder público), os movimentos compreendem a mudança social de forma diferenciada. Uns defendem a importância de serem inseridos no sistema e outros compreendem que tal inserção corresponderia a um retrocesso no papel a ser desempenhado;

d) As estratégias são diferenciadas uma vez que alguns movimentos optam por atuar prestando assistência continuada as comunidades, a exemplo do MLB e CMP, enquanto o MNLM exerce uma atuação mais ampla ao coordenar todo o processo: planejamento, ocupação, resistência etc.; e

e) As ações desses movimentos na escala de João Pessoa são diferentes das ações na escala nacional. O CMP, por exemplo, no âmbito nacional exerce uma atuação de interlocutor dos movimentos exercendo, portanto, a função que objetivou sua formação. Já na escala da cidade assume uma característica de movimento social ao desenvolver práticas que ultrapassam a sua natureza de agente interlocutor. Já o MNLM, na escala local, possui uma posição contrária ao vínculo político uma vez que seus coordenadores buscam não valorizar vínculos com partidos políticos, fato este que não ocorre em outros estados.

Em decorrência disso, pode-se evidenciar em João Pessoa pelo menos dois grandes problemas de ordenamento urbano: a) um espacial, representado pela segregação e fragmentação urbana produzida tanto pelo poder público (através das ações de ordenamento), como pelos próprios segmentos sociais; b) e outro social, representado pela reprodução da injustiça social, ou seja, a exclusão pelo direito à cidade. Tais expressões não ocorrem, como exposto, de forma isolada, uma vez que fazem parte de um mesmo processo de formação socioespacial da cidade de João Pessoa.

Este quadro de referência nos remete a evidência de uma crise socioespacial representada por contradições nas formas e objetos criados no ordenamento urbano da cidade, assim como na própria forma com que a sociedade pensa o futuro da cidade e na forma com que esses movimentos desenvolvem suas atuações. Assim sendo, esta crise, na qual os movimentos sociais em João Pessoa emergiram e estão se desenvolvendo, é uma crise do próprio processo de formação urbana da cidade.

Não se trata, portanto, de um problema da estrutura ou forma urbana uma vez que a cidade tem conseguido manter condições propícias à qualidade de vida. Igualmente, não se trata de um problema nas relações sociais presentes na cidade uma vez que estas ainda não apresentam o grau de complexidade evidenciado em outras capitais. Trata-se, e isso é um fato, de um problema da e na formação socioespacial da capital paraibana tanto no que concerne aos fatores estruturantes (formas de organização dos objetos no espaço) quanto no que se refere aos fatores estruturadores (as práticas sociais de produção do espaço).

Diante desse quadro de referência está subentendida a própria dificuldade de se estabelecer um diálogo entre esses atores sociais, embora os objetivos finais sejam semelhantes: a luta pelo direito à cidade expressa na conquista da moradia como território. O mesmo pode-se afirmar quanto às intencionalidades e práticas estabelecidas para a ocupação urbana: a produção e a apropriação socioespacial. Evidencia-se, nesse contexto, que se trata de uma crise, efetivamente, socioespacial.

### Considerações finais

A atuação dos movimentos sociais urbanos em João Pessoa está sendo consolidada em meio à contradição relacionada ao próprio papel desempenhado pela cidade no contexto de sua área de expansão metropolitana e no contexto de sua função para o desenvolvimento do nordeste oriental. De um lado existe a necessidade de luta pela apropriação urbana (o direito ao uso do espaço e da confirmação quanto ator social) e, de outro, emana a necessidade de participar diretamente da produção da cidade (definir a estrutura urbana que se planeja para a cidade).

Esses movimentos se expressam geograficamente produzindo territórios e reordenando as funções espaciais do espaço urbano, fato que resulta em fortes embates com relação aos demais atores sociais e entre os próprios movimentos sociais. Portanto, no estudo geográfico da atuação desses movimentos o grande desafio passa a ser o de se compreender as estratégias e táticas socioespaciais desenvolvidas por esses atores quanto à produção do espaço urbano, especialmente pelo fato de que cada vez mais esses atores vêm assumindo uma posição de destaque no âmbito dos debates sobre a questão urbana.

### Notas

<sup>1</sup> Depoimento de Milton Santos. Texto extraído do filme de Silvio Tendler (2006), Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá. Rotação: 0:53:44 a 0:54:00 e 0:54:07 a 0:54:25.

### Referências

AGUIAR, W. H. V. de; MELLO, J. O. **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1989. 279p.

BITOUN, J. **Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana**. Recife: UFPE, 1992. Não paginado.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. 1ª reimpressão. Vol. 48. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

**ENCONTRO com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá**. Direção: Silvio Tendler. Produção: CALIBAN produções cinematográficas. Roteiro: Cláudio Bojunga; Silvio Tendler; André Alvarenga; Miguel Lindemberg; Ecatherina Brasileiro; Daniel Tendler. Narrações: Beth Goulart; Fernanda Montenegro; Matheus Nachtergaele; Milton Gonçalves; Osmar Prado. Composição Musical:

Caíque Botkay. Participação especial: Zélia Ducan. Rio de Janeiro: CALIBAN, 2006. 1DVD (81 min e 18 seg.), son., color.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** En publicacion: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. Enero-Abril. 2005 1515-3282. Acesso em: 29de março de 2008 Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf> >

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais.** Paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. Loyola: São Paulo, 2004. 383p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos.** São Paulo: Ed. 34, 2000. 144p.

LEFEBVRE, H. **Cidade do Capital.** Tradução de Maria Helena R. Ramos e Marilene Jamur. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b. 180p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001a.

LEFEBVRE, H. **The Production of space.** Translated by Donald Nicholson-Smith. 2Nd. Massachusetts: Blackwell, 1992. 454p.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço.** SP: Nobel, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.

SILVA, J. B. **Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica.** São Paulo, 1986. Dissertação (FFLCH/USP/DG). São Paulo, 1986. 330p.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b. 560p.

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004a. 136p. (Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo).

Contato com os autores: xtojunio@yahoo.com.br

Recebido em: 01/04/2008

Aprovado em: 29/07/2008